

***Fake News* e Pandemia: a propagação do discurso “anticientífico” por grupos bolsonaristas em redes sociais digitais no Brasil no contexto da Covid-19**



Fábio Roberto da Nóbrega Júnior¹

Resumo

Este artigo investiga a atuação de seguidores do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que disseminou narrativas “anticiência” no contexto da pandemia pela Covid-19. O método adotado foi a etnografia digital, e a busca pelas palavras-chave nos grupos bolsonaristas investigados: “Covid-19”, “pandemia”, “cloroquina”, “ciência”, “isolamento social”, “vacina” e “medicamento”. Acerca da organização e interpretação dos dados, nos valem do método da Análise do Discurso. Os resultados da pesquisa sugerem a negação da ciência como efeito da inter-relação entre discursos “antidemocráticos” e “anti-intelectualistas”, que alimentam a desinformação e nutrem um movimento “antivacina” específico.

Palavras-chave: extrema direita; redes sociais digitais; Covid-19; grupos bolsonaristas; desinformação.

Abstract

This article investigates the activities of followers of the former president of Brazil, Jair Messias Bolsonaro, who disseminated “anti-science” narratives in the context of the Covid-19 pandemic. The adopted method was digital ethnography, and the search for the following keywords in Bolsonaroist groups: “Covid-19”, “pandemic”, “chloroquine”, “science”, “social isolation”, “vaccine” and “medicine”. Regarding the organization and interpretation of data, we followed the Discourse Analysis method. The research results suggest the denial of science as an effect of the interrelationship between “anti-democratic” and “anti-intellectualist” discourses, which feed disinformation and nurture a specific “anti-vaccine” movement.

Keywords: extreme right; digital social media; Covid-19; Bolsonaroist groups; disinformation.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). E-mail: jr.fabio22@gmail.com

Introdução

Este artigo investiga a atuação de seguidores de Jair Messias Bolsonaro (ex-presidente do Brasil e expoente da “extrema direita” nesse país), que disseminou narrativas “anticiência” no contexto da pandemia pela Covid-19. Através do compartilhamento de notícias falsas, eles se tornaram conhecidos como os atores principais da proliferação de inverdades nos eixos de prevenção, tratamento e imunização contra a doença.

Em um cenário pandêmico, as orientações das autoridades sanitárias passaram a ser atacadas em nome de posturas ideológicas e anticívicas (promovidas pelos seguidores de Bolsonaro nas redes sociais digitais). Em registro de pós-verdade, as narrativas “antivacina” divulgadas exprimem crenças pessoais e sentimentos morais dos indivíduos, que se identificam com o “eu” dos grupos (ADORNO, 2015). Para mapear estas narrativas, realizamos uma pesquisa em grupos bolsonaristas no WhatsApp e Telegram, no período de janeiro a maio de 2021, com a adoção do método da etnografia virtual. Constatamos marcadores semânticos nas declarações desses internautas que remetem à “formação discursiva bolsonarista”, permeada pelos elementos do “negacionismo”, “anticientificismo” e “anti-intelectualismo”. Desse modo, os resultados da investigação sugerem um nexos entre a negação da ciência e discursos “antidemocráticos” postulados pela então maior autoridade pública do país, fomentando a desinformação ao mesmo tempo em que reforça o poder da formação discursiva bolsonarista.

O artigo está dividido em três partes. Em um primeiro momento, tratamos sobre o impacto das *fake news* no contexto sanitário da Covid-19, em que a “infodemia” corrobora para a circulação de “fatos alternativos” e “teorias conspiratórias”. Na segunda parte, é esboçado um desenho da atual politização da saúde pública no Brasil em favor de crenças ideológicas e conteúdos mediatizados (que animam a agitação bolsonarista). Em seguida, apresentamos nossa contribuição à discussão, fruto de uma etnografia virtual realizada junto a grupos bolsonaristas *online*. A isso se segue uma breve conclusão acerca de nossos achados.

1. Disputas discursivas no contexto da Covid-19: pós-verdade, *fake news* e infodemia

Após emissão de alerta da Organização Mundial de Saúde, em março de 2020, o mundo foi alertado sobre um novo vírus, SARS-CoV-2, que avançava na velocidade característica de tempos de pandemia. Comumente conhecido como Covid-19 (sétimo da família Coronavírus, com capacidade de infectar humanos), seu ponto geográfico inicial de contágio foi a cidade de Wuhan, na China. Posteriormente, esse vírus se alastrou para outros continentes. Em vários países, os governos federais adotaram medidas de isolamento social como um meio de prevenção do contágio entre a população. Mas, muitos governos e a sociedade civil se viram diante do desafio de além de combater a proliferação da doença, também lidar com a grande circulação de notícias falsas sobre a Covid-19 pelas mídias digitais, tais como Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp etc. Em saúde coletiva, a comunicação com públicos leigos sobre prevenção, tratamento e imunização a partir de informações confiáveis é essencial para se garantir o controle de uma epidemia ou pandemia (LEAL; VIANNA, 2013).

O espalhamento de notícias falsas no contexto pandêmico foi denominado de “infodemia”, resultando em uma resposta inadequada no combate ao vírus (SOARES; BONOTO; VIEGAS; SALGUEIRO; RECUERO, 2020). As *fake news* criam ondas de desinformação e enganam os usuários das redes de sociabilidade *online*, através de suas ferramentas de compartilhamento, tais como imagens, gifs, vídeos ou mesmo textos (SOUSA JÚNIOR; RAASCH; SOARES; RIBEIRO, 2020, p. 336). As implicações nocivas da difusão de *fake news* se tornam ainda mais graves quando estamos inseridos em “bolhas” no mundo digital, isto é, câmaras de eco que repetem crenças viciadas e inamovíveis (SANTAELLA, 2020). Esses filtros ideológicos colocam usuários mal-informados a serviço de interesses políticos obscuros, refletindo uma crença política unilateral.

Com a ascensão das mídias digitais, testemunhamos em processos consultivos populares (como eleições e plebiscito), a polarização política potencializada por canais eletrônicos que atuam na descentralização de informações, desfavorecendo, principalmente, veículos de comunicação concebidos como tradicionais e centrais na nossa esfera pública. No caso do Brasil, pode-se citar a Folha de São Paulo, G1, O GLOBO, dentre outros, que são consideradas mídias de credibilidade, submetidas às regulamentações

pelo Estado. Mas, também vemos um ceticismo generalizado de públicos com relação às instituições políticas e democráticas (FERNANDES; OLIVEIRA; COIMBRA; CAMPOS, 2020, p. 11).

No contexto pandêmico e com a difusão de notícias falsas, isso coaduna o descrédito em sistemas peritos (ciência) e das instituições globais de saúde. Todos esses fatores se tornam um terreno fértil para a manipulação e a falsificação de informações precisas. Tal universo refletido por crenças viciadas, promovido pela popularização das mídias digitais (CESARINO, 2019, p. 13), pode ser denominado de “era da pós-verdade” (SANTAELLA, 2020, p. 4). Nele, predomina a relativização das comprovações científicas e a própria ciência adquire um *status* de “narrativa concorrente” a outras tantas que circulam, como se a ciência fosse mera opinião e não mais um discurso respaldado empiricamente.

As tecnologias digitais, quando utilizadas como ferramentas para visibilizar “negacionistas” da ciência, auxiliam a disseminação de “fatos” alternativos e teorias conspiratórias no contexto sanitário. Vemos, então, um fortalecimento das ideologias “terraplanistas”, juntamente com o movimento “antivacina” no caso do Brasil (OLIVEIRA, 2020, p. 22). Essas narrativas se fortaleceram cada vez mais com as disputas discursivas que ocorrem nas redes de sociabilidade *online*. Em outras palavras, os usuários traçam uma corrida informativa para disputar e deter o poder da verdade. Bolsonaro, enquanto ex-presidente da República, utilizou as suas redes sociais para disseminar informações inverídicas sobre a pandemia do coronavírus, fortalecendo discursos alternativos e movimentos “negacionistas” (FERNANDES et al., 2020, p. 13), em favor do aumento do risco sanitário de contágio.

Ao tratar da popularização das redes sociais como *locus* de um público alinhado aos valores da extrema direita, torna-se necessário delimitar e destrinchar o significado do bolsonarismo, que ganhou notoriedade e importância em inúmeros trabalhos acadêmicos. Em sua monografia, Cadore (2021, p. 9) constrói uma linha do tempo, utilizando diversos autores, para destacar como a figura de Bolsonaro ganhou notoriedade. Segundo Cadore (2021), o bolsonarismo vai muito além do indivíduo Bolsonaro, mas concentra na figura do ex-deputado federal valores do antipetismo, as insatisfações das manifestações populares que tomaram as ruas do Brasil em junho de 2013, bem como a possibilidade de Bolsonaro como uma alternativa anti-sistêmica (Ibidem, p. 14). Ao mesmo tempo, observa-se o avanço global de líderes do espectro político das “novas direitas”, mesmo com suas

particularidades nos países estrangeiros (CADORE, 2021, p. 15). De acordo com Reis (2020),

Trata-se de uma extrema direita descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando-os quando convém, desfigurando-os “por dentro” e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital (Ibidem, p. 03).

Através de uma revisão de literatura, Cadore (2021) afirma que ainda há embates e uma preocupação para definir o conceito de bolsonarismo. Ele assevera que o fenômeno que se busca conceptualizar possui raízes na política e sociedade brasileira, sendo que suas características estariam relacionadas com o passado colonial escravocrata, permeado pelo classismo, racismo e sexismo (CADORE, 2021, p. 16).

Na visão de Indursky (2020), o bolsonarismo é uma forma de antigoverno que se apoia numa “retórica vitimista”, que gera mecanismos de identificação entre os seus seguidores. Ainda segundo o autor, Bolsonaro utilizaria as insatisfações e a descrença na “classe política”, ao se aproveitar do “cansaço” da população em relação à corrupção e à insegurança (Ibidem, p. 160).

Por sua vez, Reis (2020) destaca que o bolsonarismo não é um acontecimento isolado, mas sim um episódio alimentado por elementos internos e externos, em ascensão no país e no mundo. Com a chamada “revolução digital” ou “tecnológica”, houve um aumento intensivo do uso de aparelhos móveis da informática, que mais tarde assumiram um papel fundamental nos meios de comunicação e mídias sociais, impactando, sobretudo, as eleições no Brasil com a produção de notícias falsas. O autor vai mais além e frisa que não somente no território brasileiro, mas em países como os Estados Unidos, Europa Ocidental, Central, assim como também na Ásia, uma reação nacionalista tem ganhado força, juntamente com elementos antidemocráticos e um conservadorismo social e religioso (Ibidem, p. 3). Logo, uma extrema direita vai se fortificando a nível mundial e “o bolsonarismo é a face brasileira desse fenômeno” (REIS, 2020, p. 4).

O filósofo brasileiro Renato Lessa (2020) diz que o bolsonarismo se refere a um fenômeno de “descivilização”, de “desregulamentação” das relações sociais e de atividades econômicas e empreendimentos mercantis, em compasso com o “neoliberalismo conservador”. Lessa (2020) acredita que o “neoliberalismo” não é específico ao

bolsonarismo, mas alguma coisa que se acrescentaria a ele. O autor, a partir de uma abordagem hobbesiana, sustenta que o bolsonarismo é um “animal artificial” em formação, mas, à diferença do “fascismo”,

Não se trata de pôr a sociedade dentro do Estado [como no fascismo histórico], mas de devolver a sociedade ao estado de natureza; de retirar da sociedade os graus de “estatalidade” que ela contém, para fazer com que se aproxime cada vez mais de um ideal de estado de natureza espontâneo: um cenário no qual as interações humanas são governadas pelas vontades, pelos instintos, pelas pulsões, e no qual a mediação artificial é mínima, ou mesmo inexistente. É essa a matriz do libertarismo bolsonarista (LESSA, 2020, p. 56).

O bolsonarismo seria composto “de estratos arcaicos da experiência histórica brasileira, sempre enriquecida com o passar do tempo” (Ibidem, p. 59) e, ao articular vários componentes, forma um “corpo discursivo”.

Se a matéria bruta e originária do homo bolsonarus remete-nos a momentos arcaicos da sociabilidade brasileira, sua reunião em um corpo orgânico e ativo, dotado de uniformidade de linguagem e de propósitos, é fruto da implantação do novo animal artificial. O horizonte da novidade apresenta-se na perspectiva de promover, passo a passo, a desvinculação normativa entre Estado e sociedade: fazer do estado de natureza o ideal da sociabilidade (Ibidem, p. 60 e 61).

Lessa explica que o retorno da sociedade ao “estado de natureza” produz uma “desigualdade artificial” – ou seja, induzida –, cujos efeitos exponenciam os da “desigualdade natural”. O “estado de natureza” não é composto por sujeitos individuais iguais e equivalentes, ávidos e alegres para empreender, mas por uma assimetria longamente fixada na experiência histórica, no caso, brasileira. Assim, “ao dissolver os nexos normativos e regulatórios que conectam a vida social ao mundo público, abre-se um cenário de liberdade natural, de defesa da espontaneidade e dos instintos animais” (Ibidem, p. 58).

Já Oliveira (2020) relaciona a performance de Bolsonaro nas redes sociais com aquilo que é “tosco” e “precário”. Na compreensão do autor, é como se estivéssemos sempre diante de um grande “meme”. Esse comportamento adotado no meio virtual anda em conjunto com a construção da imagem de um político *anti-establishment*, elemento principal da propaganda política do ex-deputado federal. Oliveira (2020) também reitera que o “bolsonarismo faz do ‘tosco’ o método adequado de transmissão de seu conteúdo ideológico de guerrilha” (Ibidem, p. 17).

Com base no exposto até aqui, o bolsonarismo mostra-se um conceito polissêmico, um fenômeno que não pode ser entendido como sendo portador de um sentido unívoco. Não obstante, para os propósitos deste artigo, seguiremos a análise de Boito Jr. (2020), que caracteriza o movimento de apoio a Bolsonaro e seu governo de “neofascista” (Ibidem, p. 112). Esse pesquisador ressalta que apesar de nos encontrarmos em uma “democracia burguesa”, há a possibilidade de formação de um movimento social “fascista” num contexto “democrático”, sem que ocorra necessariamente a passagem para uma “ditadura fascista” (BOITO JR., 2020, p. 111). No Brasil, esse movimento teria tido início com a deposição de Dilma Rousseff em 2016 – alimentado por uma espécie de “anticomunismo, culto da violência, crítica à corrupção e à velha política (democrática); politização do machismo, do racismo (difuso) e da homofobia (sistemática)” (Ibidem, p. 116). E a organização de tal movimento estaria sendo, desde então, pautada fundamentalmente pelas redes sociais.

Facebook, Instagram e outras plataformas assumem um papel de mediadoras numa pandemia desinformativa, visto que as mídias tradicionais (como rádio e televisão) perdem a sua posição de protagonistas na disseminação de informações para a população. Paula e Mello (2020, p. 38) indicam que o número de usuários nas redes, sobretudo no Facebook, aumentou exponencialmente no cenário pandêmico, mesmo com o aumento de informações distorcidas nesses campos. A adesão massiva de indivíduos a circuitos onde proliferam inverdades e às próprias narrativas falsas não é algo novo na sociedade, mas ocorre de modo particularmente forte quando existem canais comunicacionais que auxiliam na propagação célere de informações enganosas.

Nesse sentido, é pertinente a afirmação de Azarias (2016, p. 47) acerca dos “mitos políticos” nascerem a partir de três elementos. Segundo esse autor, tais “mitos” advêm de uma narrativa explicativa; de certos regimes de fantasia e irracionalidade; e de uma atividade política de caráter mobilizador. Não raro, movimentos sociais, candidatos eleitorais e autoridades públicas já consagradas pelo voto utilizam esses componentes para espalhar boatos depreciativos, seja em relação a um oponente ou em relação a um assunto específico, participando, assim, da criação de tais “mitos”.

O acontecimento pode ser ilustrado com opiniões dadas em redes sociais. Por exemplo, quando o ex-presidente Bolsonaro defendeu, em seus canais de mídias digitais, o

afrouxamento das medidas restritivas, indo contra as recomendações das autoridades sanitárias e instituições científicas.

Além de suscitar comportamentos anticívicos, as *fake news* representam uma ameaça à democracia no Brasil e nos demais países, visto que sua propagação gera insegurança e o ressurgimento de movimentos ultraconservadores e segregacionistas de massas (OLIVEIRA; GOMES, 2019, p. 95). A assim chamada “revolução tecnológica” pode ser considerada um fator importante nesse contexto, dado que teria possibilitado acelerar o processo de “globalização”. Este, ao mesmo tempo em que propicia a integração entre Estados e comunidades transnacionais (assim como a massificação das comunicações), também fez com que se proliferassem movimentos “antiglobalização”, conflitos nacionais e diferentes tipos de nacionalismos (FILHO, 2022, p. 3). A *internet*, filha dessa “revolução tecnológica”, teria sido, nesse contexto, uma potente aliada para os grupos reativos à “globalização” e adeptos a estratégias populistas, visto que possibilitou a ascensão, expansão e surgimento daquilo que tem sido chamada de “Alt-Right” (Ibidem, p. 11). Hermansson, Lawrence, Mulhall e Murdoch (2020) assim a definem:

We define the international ‘Alternative Right’ as an international set of groups and individuals, operating online though with offline outlets, whose core belief is that ‘white identity’ is under attack from pro-multicultural and liberal elites and so-called ‘social justice warriors’ (SJWs) who allegedly use ‘political correctness’ to undermine Western civilization and the rights of white males. Put simply, the ‘Alternative Right’ is a far right, anti-globalist grouping that offers a radical ‘alternative’ to traditional/establishment conservatism (HERMANSSON; LAWRENCE; MULHALL; MURDOCH, 2020, p. 2).

Sob esse prisma, é possível supor que a quantidade de dados nas redes virtuais favoreça a atuação de governos autoritários, pois dificulta o conhecimento das informações corretas e dos fatos da realidade por parte da população governada (OLIVEIRA; GOMES, 2019, p. 96). Logo, as “bolhas” das mídias digitais, impulsionadas por algoritmos que remetem os usuários a reiteração de informações previamente acessadas, a despeito dessas serem verdadeiras ou não, seriam um componente importante daquilo que veio a se chamar de “zumbificação” da informação (LEITE; MATOS, 2017, p. 2339).

2. Mídias digitais e a politização da saúde pública no Brasil

O termo “infodemia” é geralmente empregado para indicar um fenômeno contemporâneo à pandemia de Covid-19. Tal fenômeno seria caracterizado pelo revigoramento de “teorias da conspiração”, especialmente com o compartilhamento de *links* e vídeos em WhatsApp, mas também em outras redes. Tais “teorias”, espalhadas pelo(s) algoritmo(s) nas redes e presentes em diversos grupos *online*, teriam passado a invadir imaginários coletivos e a levar a “verdade” alternativa. No estudo de Oliveira (2020), a pesquisadora detalha que a hipótese de que vivemos em uma “Terra Plana” e de que as vacinas não têm eficácia, ou mesmo que seriam maléficas à saúde, foram as “teorias da conspiração” mais fortalecidas e compartilhadas em ambientes virtuais, desde o início da pandemia da Covid-19. Vídeos compartilhados sem verificação e, muitas vezes, sem saber da procedência, são percebidos como provas da “realidade”.

Nesse contexto de proliferação midiática indiscriminada, certos “teóricos conspiratórios” asseveram que as instituições científicas oficiais resistem ao verdadeiro regime da “verdade” (Ibidem, p. 32). Irmanam-se, assim, à “cibercultura”, em tempos de pandemia, o questionamento sobre os sistemas de perícia, o descrédito da ciência e a inquietação sobre enfermidades (COSTA, 2020, p. 22).

Entendemos que, durante séculos, a mídia nacional e internacional cumpriu um papel crucial para a conscientização acerca de questões de saúde pública, inclusive no que diz respeito a pandemias e campanhas de imunização. Entretanto, entendemos, também, que ocorre, presentemente um cenário de “virada interativa”, ou seja, quando o antigo “receptor” da informação se transforma também em um potencial “emissor” (des)informativo (SARAIVA; FARIA, 2019, p. 6). A ferramenta de replicabilidade nas redes digitais é um fator determinante para a formação do que pode ser chamado de “caos informacional”.

O crescimento de grupos em redes de sociabilidade *online*, relacionado com o descrédito da ciência e as dúvidas sobre prevenção, tratamento e imunização, robustece, presentemente, o movimento “antivacina”. Forma-se, então, a politização da saúde pública (MOUTINHO, 2020, p. 64), em favor de crenças ideológicas e personalidades políticas sensacionalistas, que reproduzem um discurso populista pelos conteúdos mediatizados. A desconfiança na ciência reforça o discurso “negacionista”, individualizando o cuidado e isentando o aparato estatal de sua responsabilidade frente às ações sanitárias de combate às enfermidades.

Sintomas como febre, dores no braço e possíveis outras reações à inoculação são os principais indícios destacados pelos grupos “antivacina” para suscitar dúvidas sobre os imunizantes. A isso se soma a falta de informação que faz com que ressurgam massivamente casos de contaminação por doenças infecciosas, antes controladas pelas campanhas de vacinação no Brasil e no mundo. No caso da Covid-19, apesar da vacina ser cientificamente comprovada como eficaz, o medo dos eventos adversos, unido com a desinformação, poluem o ciberespaço e a esfera pública, prejudicando as metas de vacinação (NASSARALLA; DOUMIT; MELO; LÉON; VIDAL; MOURA, 2019, p. 120). Em 2019, de acordo com pesquisas de Hotez (2019, p. 2169), havia mais ou menos 480 websites dedicados ao movimento “anticiência”. A difusão célere de *fake news*, além de agravar a catástrofe informacional, desequilibra o ecossistema de notícias advindas de fontes confiáveis (TASNIM; HOSSAIN; MAZUMDER, 2020, p. 171).

No Brasil, suspeitas de irregularidades cometidas pelo ex-presidente Bolsonaro em seu plano de atuação contra a Covid-19, assim como as notícias falsas espalhadas por ele nas redes *online*, resultaram na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Criada pelo presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), a CPI funcionou durante um período de seis meses e seu relatório final apontou nove crimes cometidos pelo ex-presidente (BRASIL, 2021).

Com a digitalização das informações acerca do vírus, grupos radicais da extrema direita, associados direta ou indiretamente a Bolsonaro, atacaram autoridades sanitárias e científicas, deslegitimando o isolamento social e promovendo o uso de medicamentos que não possuem eficácia contra o coronavírus, como a cloroquina e a hidroxicloroquina (BÁRBARA, 2020, p. 93). Em suas *lives* e entrevistas, bem como na utilização de seus canais digitais, Bolsonaro fez propaganda desses medicamentos (RICARD; MEDEIROS, 2020, p. 3), provocando uma confusão da opinião pública acerca de como proceder diante da pandemia e, por conseguinte, uma falsa solução para a crise sanitária.

Sua estratégia como representante máximo do Governo Federal convergiu com a ideia de que seria possível consolidar uma “imunidade de rebanho”, o que passou pela incitação constante à exposição a situações de risco, pela banalização das mortes e pela discordância pública para com as medidas adotadas por governadores e prefeitos (BRASIL, 2021). Portanto, para a CPI da Covid-19 e para pesquisadores que se debruçaram sobre o período, as ações e omissões do Governo Federal revelam “o empenho e a eficiência da

atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional” (Ibidem, p. 19). Seguindo essa pista, podemos dizer que a tática discursiva manejada pelo ex-governante durante o período foi baseada no “anti-intelectualismo” e na “anticiência”.

3. Etnografia virtual de grupos bolsonaristas *online*

Em nossa investigação, consideramos que a linguagem não possui neutralidade. Ao contrário, do ponto de vista que adotamos, a linguagem é parte da realidade do indivíduo, ou seja, ela diz respeito também ao seu contexto social e político. Seguimos, portanto, Orlandi (2012, p. 17), quando ela afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. A partir daí, ao tratar sobre os elementos da discursividade, optamos por lançar mão das mesmas categorias analíticas propostas pela autora: “emissor”, “receptor”, “código” e “mensagem”. Essas categorias analíticas, juntas em uma totalidade, formam o “discurso”. Mais do que partes separadas, no contexto da linguagem, o “emissor” e o “receptor” dão forma ao processo de significação, expondo a sua subjetividade e a construção da “realidade”. O texto constituído nesse jogo “emissor” e “receptor” deve ser interpretado tentando entender como os enunciados produzem sentidos.

Durante o período de investigação, operacionalizando a etnografia virtual (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008), acompanhamos grupos bolsonaristas no WhatsApp e Telegram. Com relação à primeira rede social, foi analisada a comunidade virtual “Brasil Bolsonarista”. Na segunda plataforma, foram explorados três canais de comunicação: o grupo oficial do ex-presidente Bolsonaro; o “Canal Direita da Opressão”; e, por fim, o grupo “Direita Realista”. Apresentemos, agora, esses grupos.

“Brasil Bolsonarista” é composto por 189 membros, incluindo seus cinco administradores². O acesso foi concedido através de um *link* e apenas administradores estão autorizados a enviar mensagens. Suas publicações abordam notícias cotidianas do *Portal Novo Norte*. Sua foto de capa é uma imagem de Bolsonaro discursando. O registro de sua criação data de 19/09/2019. Em sua descrição, consta a seguinte mensagem: “Este grupo é focado no compartilhamento de notícias. Somente administradores podem postar para

² Último acesso: janeiro de 2021.

manter o foco e evitar esquerdistas infiltrados. Compartilhe as notícias que receber. Compartilhe o *link* para seus amigos e contatos e ajude a fortalecer nossa rede”.

No Telegram, o canal oficial de comunicação de Jair Messias Bolsonaro possui 933.621 inscritos³. A plataforma funcionou como uma lista de transmissão, enviando para os inscritos, as ações do Governo Federal em áreas como infraestrutura, saúde, segurança pública, educação etc. Em janeiro de 2021, eram divulgadas notícias sobre a imunização e a compra de vacinas e medicamentos, além de outras temáticas, como pactos bilaterais com outros países e repasses de recursos para os entes federativos do Brasil. Por meio desse grupo, o ex-presidente trabalhava a imagem, reputação e popularidade de sua pessoa e de seu governo, tentando transmitir e aparentar uma reunião de esforços para combater o coronavírus, dialogando com chefes de Estado e debatendo a compra de mais vacinas para o Brasil. Não obstante, em alinhamento geopolítico com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Bolsonaro defendia a minimização da gravidade da pandemia, entrando em conflito especialmente com a posição adotada pela Organização Mundial de Saúde (FONTES; DELGADO; ASSIS; LIMA; LIMA, 2020, p. 2).

Em suas publicações é possível notar uma defesa da atividade empreendedora, com a presença de relatos de missões diplomáticas para promover a pesquisa científica a serviço dela. Finalmente, quando se tratava do tópico de vacinação, não houve a defesa da obrigatoriedade na imunização dos indivíduos. Bolsonaro abordava tal tema de maneira opcional, considerando uma decisão privada e intransferível.

Já o grupo “Direita da Opressão”, com um número menos expressivo de inscritos, possui 2.936 participantes⁴. Em sua descrição, um perfil de Instagram é compartilhado, objetivando engajar os inscritos em suas publicações. Na seção de mídias, há materiais que não apoiam a vacinação, asseverando que os imunizantes não dispõem de utilidade para os cidadãos. Ao mesmo tempo, informativos sobre a percentagem da população vacinada eram compartilhados. De um modo geral, os inscritos não aprovavam as medidas de isolamento social, declarando que as ações de quarentena prejudicavam a economia e aumentavam a taxa de desemprego. Houve ainda mensagens que defenderam o uso do

³ Último acesso: setembro de 2021.

⁴ Último acesso: em janeiro de 2021.

medicamento hidroxicloroquina, comunicando uma possível eficácia dele no combate ao vírus.

Por fim, “Direita Realista” tem 93 inscritos em seu canal no Telegram⁵. A criação do grupo é justificada enquanto um “meio oficial” de notícias da direita política em redes sociais digitais. A sua formação se ancora na tentativa de evitar as notícias oriundas de veículos comunicacionais considerados “esquerdistas”. Assim como em outras comunidades virtuais “conservadoras”, as medidas de isolamento social são aqui também atacadas, bem como figuras públicas políticas que se colocaram como oposição do governo Bolsonaro. João Doria (PSDB), ex-governador de São Paulo, foi um dos principais alvos desses atores, que desferiram ataques e palavras de ódio em suas mídias digitais.

Ao realizar uma busca por palavras-chave nos grupos, nos deparamos com uma quantidade expressiva de publicações que se ancoraram, sobretudo, no discurso do ex-Governo Federal, responsabilizando os governadores estaduais pela “má” condução da pandemia, isto é, por fazerem campanhas a favor da vacinação, de que as pessoas ficassem em casa e promovendo a limitação do horário de funcionamento do comércio. Os seguintes termos foram pesquisados: “Covid-19”, “pandemia”, “cloroquina”, “ciência”, “isolamento social”, “vacina” e “medicamento”.

Os discursos públicos *online* afirmaram enfaticamente que a economia era a “prioridade máxima”. A principal razão para isso é que a população não poderia perder os seus empregos, como é constatada na fala proferida por um internauta bolsonarista, extraída do “Canal Direita da Opressão”: “Para muitos, a pandemia tem sido um tanto lucrativa. Enquanto são auxiliados pelo Governo Federal, alguns governadores e prefeitos seguem adotando ações irresponsáveis, com consequências nefastas para o país, como o endividamento da União, o desemprego e a inflação”.

Ao organizar as codificações dos conteúdos discursivos sobre medidas de combate à pandemia da Covid-19, que prevalecem nos grupos bolsonaristas investigados, identificamos três registros temáticos: prevenção contra o coronavírus, tratamento dos infectados e imunização. Primeiro, prevalece e é propagado no ambiente *online* um conteúdo que contradiz as medidas de advertência e cautela em relação ao vírus, divulgadas pela Organização Mundial da Saúde. Ao evocar um dos materiais encontrados nos grupos

⁵ Último acesso: em janeiro de 2021.

pesquisados, podemos destacar a seguinte notícia, amplamente compartilhada em sítios bolsonaristas: “Professor da UFPE desfaz falácia do lockdown e expõe os perigos do isolamento social”. O texto publicado nas referidas comunidades virtuais afirma que tais medidas representam perigos para a sociedade, asseverando que esse modelo de política de saúde tende a aumentar o número de mortes.

Percebemos, a partir desse caso, como os sujeitos produtores de notícias falsas recorrem seletivamente à ciência, aludindo aos resultados obtidos por um pesquisador com o objetivo de publicar dados equivocados e inverídicos sobre a pandemia. Não se restringindo somente a essa figura, órgãos e instituições de relevância também aparecem como elementos essenciais para validar narrativas “negacionistas” (SOUZA, 2020, p. 13). Sendo assim, nota-se o nome da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em evidência no título da matéria, vinculada com a imagem do docente, que é professor associado da instituição. Essa estratégia de evocar vozes de especialistas confere credibilidade aos discursos, exibindo seriedade e competência nas publicações. Isto é, prevalece no processo de comunicação um acordo implícito sobre quem é a voz autorizada ou não.

Por sua vez, quando analisamos os dados empíricos que versam sobre o tratamento contra o coronavírus promovidos por esses grupos, nos deparamos com notícias sobre o uso da hidroxiquina para pacientes infectados. Neste sentido, a seguinte chamada foi publicada no grupo “Canal Direita da Opressão” no Telegram: “Facebook admite que ‘cometeu um erro’ ao censurar hidroxiquina”. Em seu conteúdo, a autora da publicação alega que a rede social revisou sua política sobre o que considera desinformação e, além disso, citou fontes científicas para defender o uso do medicamento, como bancos de dados dos Estados Unidos e a Universidade do Texas (um docente da instituição é mencionado para tratar das possibilidades da cloroquina como via de tratamento precoce). Mais uma vez, percebe-se a presença de nomes ou citação de especialistas em *fake news* para atrelar credibilidade aos argumentos expostos (SOUZA, 2020).

No tocante à imunização, encontramos mensagens que reforçam a desinformação e negação da vacina contra a Covid-19, sobretudo se o imunizante for originário da China. No grupo do WhatsApp “Brasil Bolsonaro”, os membros compartilharam postagens afirmando que a vacina desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac Biotech, adquirida

pelo Governo do Estado de São Paulo, na contramão da orientação do Governo Bolsonaro, não apresentava eficácia relevante e necessária.

Ademais, observamos também que um *link* circulou entre os internautas do “Brasil Bolsonarista”, comunicando que 13 pessoas sofreram paralisia facial após se imunizarem contra o coronavírus. No “Canal Direita da Opressão”, uma publicação afirmava que a vacina não garantia imunidade, não impedia a morte, não eliminava o vírus e não evitava a transmissão. E, em seguida, perguntava: “então para que tomar a vacina?”. Essa sequência discursiva é similar àquela que Moraes e Holanda encontraram em sua pesquisa: “A picada previne infecção? Não. A picada previne transmissão? Não. A picada previne mortes? Não. Então passaporte sanitário não é sobre saúde, é sobre controle” (MORAES; HOLANDA, 2021, p. 12).

De acordo com as pesquisadoras, o uso de interrogações nessas perguntas não é para expressar uma dúvida ou esperar por uma resposta, “mas para marcarem e impedirem àqueles a quem se fala a possibilidade de poder negar ou mesmo responder” (Ibidem, p. 12). Assim, as perguntas são “retóricas” e apenas simulam uma participação do sujeito-leitor numa ordem discursiva sobre a ineficácia da vacina (Ibidem, p. 12). Podemos lembrar aqui, ainda, de Pasinato (2021), que analisou o impacto das sequências discursivas contra a vacinação no Facebook, constatando o espalhamento da desinformação, o descrédito da ciência e a interferência na decisão dos indivíduos no ato de se vacinar.

Em sua investigação, ela verificou que uma notícia falsa intensamente compartilhada sobre a imunização afirmava que as vacinas contra a Covid-19 não eram seguras e tinham o potencial de “modificar o DNA dos seres humanos”, ou seja, uma nova espécie poderia nascer como resultado dessa modificação (PASINATTO, 2021, p. 290). Essa assertiva, que foi retirada de um texto compartilhado na rede social citada acima, segundo Pasinato (2021), obedeceu ao formato de uma notícia jornalística, incorporando padrões de texto, *layout*, título, *lead* e intertítulo, dificultando a percepção de que se tratava de uma *fake news*. O título da postagem que a pesquisadora analisou foi “Vacina Covid-19 acelerada altera o DNA humano e transforma as pessoas em propriedades geneticamente modificadas” (Ibidem, p. 291). De acordo com a autora, o enunciado está construído por dois verbos no indicativo, o que aponta um grau de certeza sobre aquilo que está sendo informado. Novamente, o uso de termos científicos legitima as informações que estão sendo passadas:

Nesse sentido, as estratégias de fazer-se parecer com o formato e o texto jornalístico e de usar designações e termos científicos na postagem corroboram para o efeito-verdade, que surge da subjetividade do sujeito leitor. Ao revestir-se do discurso jornalístico, o texto ganha ilusão de unicidade, a qual garante efeito de transparência da linguagem (Ibidem, p. 292).

Seguindo essa pista, é possível afirmar que as disputas discursivas em prol da verdade sobre prevenção, tratamento e imunização, no contexto pandêmico, também verificadas nos grupos bolsonaristas por nós pesquisados, foram perpassadas por ideologias e crenças, inseridas em uma dada conjuntura histórica e política, em que o “negacionismo” e o “anticientificismo” se fizeram presentes. Esta encontra repercussão por meio do sensacionalismo e distorção de notícias, em que é possível notar a formação de um discurso paralelo às versões oficiais, a partir de uma intertextualidade, que impulsiona uma interpretação dos fatos em favor de “narrativas conspiratórias”, baseadas em vídeos e *links* de redes sociais.

Nos termos de Renato Lessa (2020, p. 49), o *homo bolsonarus* é um “homem novo”, oriundo dos “tempos distópicos”. Seu maior objetivo é devolver a sociedade ao seu “estado de natureza”, em que as interações humanas são governadas pelas “vontades”, “instintos” e “pulsões” naturais, ao mesmo tempo em que a mediação nas relações sociais é mínima ou mesmo inexistente. Seus principais atributos se concentram na ação direta, intimidação, horror à mediação e na índole libertária.

A manipulação midiática posiciona a ciência e as autoridades epistêmicas como difusoras de mentiras, enquanto os agitadores da extrema direita se colocam como resistência a serviço do “regime da verdade”. Suscetíveis a uma propaganda antidemocrática também, os agitadores pleiteiam a mudança do *status quo*. O sentimento de descontentamento com a realidade é o principal elemento mobilizador para com os discípulos. Bolsonaro, enquanto dirigente e porta-voz da sua audiência, se coloca como um político que entende que a mudança social deve ser feita. Ao mesmo tempo, se apresenta como um “homem do povo”, mediano.

Ao utilizar os medos vagos e desejos de mudança radical, os propagadores de ideais “fascistas” se sustentam através de quatro pilares: a existência de um sentimento de descontentamento; a exigência de um oponente que deve ser derrotado; a consolidação de um movimento de massas; e o culto à figura do líder. Com atividades difusas, o agitador

“fascista” se destaca dentro da própria audiência, ressaltando o seu sofrimento com relação à sociedade e influenciando a liberação de sentimentos irracionais.

Como audiência, os seguidores são frequentemente incitados a possuírem apenas um comportamento de receptividade, fortalecendo atitudes de subserviência. Com efeito, o padrão da propaganda “fascista”, segundo Adorno (2015, p. 154), é transformar os seus seguidores em verdadeiras “multidões violentas”, sem um motivo político específico. Os indivíduos mobilizados se convertem em “reféns” dos desejos do demagogo – sendo este o vínculo que os une. O líder, independentemente de ser mandatário ou não, cria uma imagem de “pai”, podendo ser amoroso ou autoritário. Essa figura é extremamente importante, pois além de engrandecer o “eu” do grupo, cria um elo de identificação entre os seguidores. Levando-se em conta que o “fascismo” não constrói uma multidão de agitadores através de argumentos racionais, sua propaganda é orientada psicologicamente por uma natureza libidinal, movida pela manipulação (Ibidem, p. 185).

Conclusão

Inseridos num contexto sociotécnico, na “era da conectividade”, nos habituamos com a importância das tecnologias digitais. O seu advento, porém, além de ter propiciado uma quantidade ilimitada de informações, popularizou a troca de mensagens instantâneas por diversas plataformas, como WhatsApp, Telegram, Twitter, dentre outras. Esses canais de comunicação são movidos por algoritmos que personalizam o conteúdo de acordo com gostos, opções e afetos, criando verdadeiras “bolhas”, que repetem crenças viciadas e inamovíveis (SANTAELLA, 2020). O surgimento do ciberespaço viabilizou o espalhamento de notícias falsas, fortalecendo a ascensão de grupos sociais “conservadores” e “antidemocráticos”, que promoveram no contexto sanitário narrativas “anti-intelectualistas” e “anticientíficas”.

Com os resultados da investigação, foi analisada a disputa discursiva em torno da “verdade” sobre o Covid-19 em mídias digitais. Os agitadores da “extrema direita”, exemplificados aqui pelos grupos bolsonaristas investigados, promoveram o uso de medicamentos que não possuem eficácia contra o vírus, como por exemplo a ivermectina e a hidroxicloroquina, em compasso com a narrativa do então Governo Federal, promovendo uma confusão acerca de qual a melhor política de enfrentamento à pandemia

de Covid-19. Somado a isso, as *fake news* criaram aquilo que foi denominado de “infodemia”, saturando as redes com informações que o usuário médio não possui meios ou conhecimento para averiguar.

Esse “caos informacional” no ambiente virtual não é algo novo e exclusivo do episódio pandêmico relatado neste artigo, mas se intensificou durante a crise sanitária, principalmente quando posturas irracionalistas e movimentos “antivacina” angariaram uma quantidade maior de audiência. Além do apoio de usuários *online*, o discurso “negacionista” também foi robustecido por autoridades públicas políticas, que auxiliaram no compartilhamento de “fatos alternativos” e “teorias conspiratórias”, questionando, inclusive, a eficácia da vacina. A esfera pública digital, portanto, ao propiciar uma desinformação em massa, pode servir para corroer a democracia e os sistemas peritos de saúde.

Os impactos negativos causados pelos agitadores da “extrema direita” no ciberespaço fizeram órgãos governamentais e outras instituições tomarem decisões mais rígidas, como o banimento de perfis ou o aviso de informações inverídicas. Assim como o Facebook, outras empresas passaram a combater notícias falsas em seus espaços digitais (SOUSA JÚNIOR et al., 2020, p. 341), realizando checagens e esclarecimentos de informações. A fim de suscitar o debate público, é necessário discutir uma possível alfabetização digital, questionando fontes “alternativas” e verificando veículos de comunicação confiáveis. Dessa forma, poderá haver, ao menos, uma redução de danos dos impactos das *fake news*, que ainda produzem efeitos deletérios em sociedade.

Referências

ADORNO, T. W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 240 p.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação social. *Famecos*, Porto Alegre, n. 20, p. 34-40, dez. 2008.

AZARIAS, Wiverson. Não confie em ninguém-Teorias da Conspiração como Mitologia Política. *Revista Alabastro*, v. 2, n. 6, p. 45-51, 2016.

BÁRBARA, Lenin Bicudo. Da fosfoetanolamina à cloroquina: notas sobre a politização da ignorância. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (organizadores). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. 1. ed. – São Paulo:

ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 91-95.

BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Revista Crítica Marxista*, n. 50, p. 111-119, 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf. Acesso em: 22 julho 2022.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Relatório Final da CPI da Covid*. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2021/10/26/relatorio_final_26102021_12h40.pdf?_ga=2.68678162.2058772730.1635879735-177265417.1634406998>. Acesso em: 26 out. 2021.

CADORE, Marcelo. *Bolsonarismo: uma história do conceito*. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 80, 2021.

CESARINO, Letícia. 2019. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética. *Anais eletrônicos da VII ReACT – Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*, Florianópolis (SC).

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. ONDE ESTAMOS? CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODERNIDADE, NEGACIONISMO, CIÊNCIA E A COVID-19. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 3, n. 8, p. 22-35, 2020.

FILHO, Carlos Luiz da Silva Souza. COMUNIDADES IMAGINADAS

TRANSNACIONAIS:

GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE E ASCENSÃO DA ALT-RIGHT. *Revista Neiba*, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 11, p. 01-16, 2022.

FONTES, Francisco Lucas de Lima; DELGADO, Maria Leopoldina de Lavor; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; LIMA, Izabelle Carvalho; LIMA, Ludmilla Soares. Alinhamento geopolítico entre os governos americano e brasileiro quanto ao uso da cloroquina/hidroxicloroquina: repercussões no enfrentamento da Covid-19. *International Journal of Health Management Review*, v. 6, n. 2, 2020.

MORAES, Monalisa Pedroso; HOLANDA, Janete Abreu. FAKE NEWS SOBRE A VACINAÇÃO DA COVID-19 NO BRASIL: UM FUNCIONAMENTO DISCURSIVO. *Anais do Simpósio Internacional de Ensino de Língua, Literatura e Interculturalidade (SIELLI) e Encontro de Letras*, v. 2, n. 1, pp. 1-17, 2021.

PASINATTO, Rubiamara. O funcionamento discursivo das fake news sobre as vacinas contra Covid-19: sentidos que (ir) rompem o digital e produzem efeitos na vida do sujeito e da sociedade. *Glauks-Revista de Letras e Artes*, v. 21, n. 01, p. 280-302, 2021.

PAULA, Fabio Rocha de; MELLO, Marcia Gomide da Silva. Análise de Redes Sociais: a formação de grupos do Facebook frente à epidemia da COVID-19 no Brasil. *VITTALLE-Revista de Ciências da Saúde*, v. 32, n. 1, p. 32-42, 2020.

FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir de;

COIMBRA, Mayra Regina; CAMPOS, Mariane Motta de. A Pós-verdade em tempos de Covid-19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5317, p. 1-18, dez. 2020.

HERMANSSON, Patrik; LAWRENCE, David; MULHALL, Joe; MURDOCH, Simon. *The International Alt-Right: Fascism for the 21st Century?* New York: Routledge, 2020. 268 p.

HOTEZ, Peter. The physician-scientist: defending vaccines and combating antisience. *The Journal of Clinical Investigation*, v. 129, n. 6, p. 2169-2171, jun. 2019.

INDURSKY, Alexei Conte. Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. *Teoría y Crítica de la Psicología*, v. 14, p. 150-162, 2020.

LEAL, S. A. G.; VIANNA, G. Divulgação pública de controvérsias científicas: o caso da vacina BCG contra tuberculose no Brasil. *Controvérsias y Concurrencias Latinoamericanas*, v. 5, n. 7, p. 67-96, abril. 2013.

LEITE, Leonardo Ripoll Tavares; MATOS, José Cláudio Morelli. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e documentação*, São Paulo, v. 13, n. esp. p. 2334-2349, CBBDD 2017.

LESSA, Renato. Homo bolsonarus: De como nasceu e se criou o confuso e perigoso animal artificial que encarna momentos arcaicos da sociabilidade

brasileira. *Serrote*, edição especial, 2020. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/07/serrote-edicao-especial/>. Acesso em: 10 outubro 2020.

BATISTA MOUTINHO, F. F. CONFLITOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA COM AS NORMAS SANITÁRIAS: UM PARALELO ENTRE A REVOLTA DA VACINA E A PANDEMIA DE COVID-19. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, [S. l.], p. 60–71, 2020.

NASSARALLA, Anna Paula Amaral; DOUMIT, Arthur Marinho; MELO, Caio Freitas; LEÓN, Lucas Caldas; VIDAL, Augusto Reis; MOURA, Léa Resende. Dimensões e consequências do movimento antivacina na realidade brasileira. *RESU—Revista Educação em Saúde*, Anápolis, v. 7, suplemento 1, p. 120-125, jul. 2019.

OLIVEIRA, Acauam Silvério. O fascismo é um meme? o tosco enquanto performance política na era digital. *Remate de Males*, v. 40, n. 1, p. 14-40, 2020.

OLIVEIRA, André Soares; GOMES, Patrícia Oliveira. Os limites da liberdade de expressão: fake news como ameaça à democracia. *Revista De Direitos E Garantias Fundamentais*, v. 20, n. 2, p. 93-118, 2019.

OLIVEIRA, Thaianne. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. *Fronteiras-estudos midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Pontes, 2012. 100 p.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2020.

RICARD, Julie; MEDEIROS, Juliano. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. *Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review*, 2020. Disponível em: <https://misinforeview.hks.harvard.edu/article/using-misinformation-as-a-political-weapon-covid-19-and-bolsonaro-in-brazil/>. Acesso em: 13 dezembro 2020.

SANTAELLA, Lucia. *A Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa?* Barueri, SP: Editora estação das letras e cores, 2020. 98 p.

SARAIVA, Luiza JC; FARIA, Joana de Frantz. A Ciência e a Mídia: A propagação de Fake News e sua relação com o movimento anti-vacina no Brasil. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém.

SOARES, Felipe Bonow; BONOTO, Carolina; VIEGAS, Paula; SALGUEIRO, Igor; RECUERO, Raquel. Disputas discursivas e desinformação no Instagram sobre o uso da hidroxicloroquina como tratamento para o Covid-19. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020, virtual.

SOSA JÚNIOR, João Henriques de; RAASCH, Michele; SOARES, João Coelho; RIBEIRO, Letícia Virgínia Henriques Alves de Sousa. Da

Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. *Cadernos De Prospecção*, Salvador, v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 331-346, abril, 2020.

SOUZA, Nayara Iris Silva. A disseminação de fake news no caso do coronavírus (COVID-19): uma análise discursiva. *Revista Memento*, v. 11, n. 1, pp. 1-20, 2020.

TASNIM, Samia; HOSSAIN, Md Mahbub; MAZUMDER, Hoimonty. Impact of Rumors and Misinformation on COVID-19 in Social Media. *Journal of Preventive Medicine and Public Health*, v. 53, n. 3, p. 171-174, May, 2020.